



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O  
CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
  - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20
  - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

### O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em  
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e  
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido  
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em  
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido  
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,  
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson  
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase  
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019  
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo  
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,  
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:  
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e  
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,  
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político  
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário  
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres  
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de  
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra  
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas  
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson  
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das  
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como  
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.  
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor  
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz  
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo  
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de  
37 Joaquim Levy, tem sentido.

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que
- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
  - (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
  - (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
  - (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
  - (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.
02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
  - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
  - (C) um integrante do governo (linha 18).
  - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
  - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
  - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
  - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
  - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
  - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconsequentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povão.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
  - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
  - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
  - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
  - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
  - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
  - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
  - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
  - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.

- (B) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque expressões adverbiais, sejam quais forem, não são virguladas.
- (C) O uso de somente uma vírgula, depois da primeira ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramatical e semanticamente.
- (D) O uso de somente uma vírgula, depois da segunda ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramaticalmente.
- (E) As duas vírgulas utilizadas estão bem empregadas porque a expressão adverbial, de longa extensão, está deslocada de sua posição preferencial (fim do período) para o meio dele.
07. Levando-se conta o trecho "E a imporia com Mantega ainda como ministro" (linhas 29 e 30), marque a opção em que há uma preposição que substitua, sem prejuízo gramatical e com a menor variação de significado, a preposição 'com' do referido trecho.
- (A) em.
- (B) por.
- (C) a.
- (D) de.
- (E) pelo.
08. Dado o contexto geral do texto, a proximidade semântica do vocábulo 'temeridade' (linha 20) se dá mais com a ideia de:
- (A) Imprudência.
- (B) Medo.
- (C) Desatino.
- (D) Perigo.
- (E) Despropósito.
09. Das formas acentuadas abaixo, a única que NÃO poderia vir sem acento, no caso de mudança de classe gramatical, é:
- (A) 'unânime' (linha 02).
- (B) 'até' (linha 04).
- (C) 'política' (linha 06).
- (D) 'útil' (linha 09).
- (E) 'lá' (linha 25).
10. Ao utilizar formas verbais como 'expõe' (linha 08), 'espera' (linha 08), 'imporia' (linha 29), 'Recebeu' (linha 33) e 'agiu' (linha 36), o autor
- (A) faz uso da elipse do sujeito a fim de proporcionar a progressão textual, pois evita a repetição de expressões facilmente recuperáveis pelo contexto.
- (B) demonstra não ter um grande acervo lexical que lhe pudesse ajudar no preenchimento dos sujeitos ocultos.
- (C) intenta obscurecer ao leitor informações importantes do texto.
- (D) suprime, intencionalmente, o nome do ministro Nelson Barbosa, no intuito de lhe preservar a identidade.
- (E) tenciona testar a capacidade de análise sintática de seus leitores, no momento em que eles encontram os sujeitos ocultos.

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Leia as afirmativas a seguir sobre os componentes de um computador:
- I. O Scanner é um dispositivo que "varre" o computador em busca de vírus;
- II. USB (Universal Serial Bus) é um tipo de conexão que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador;
- III. SSD é um tipo de dispositivo, sem partes móveis, para armazenamento não volátil de dados digitais que pode substituir o HD (disco rígido).

Assinale a opção que corresponde à(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.

- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

12. Assinale a opção que NÃO corresponde a um software que compõe uma suíte de escritório (Microsoft Office, Open Office/BrOffice):

- (A) Excel.
- (B) Access.
- (C) Impress.
- (D) PhotoShop.
- (E) Writer.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

O resultado da fórmula: =MÉDIA(A1:A4)+MÉDIA(A4:C4)-SOMA(A1:C1)+MÁXIMO(B1:B4) é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 8
- (E) 16

14. Analise as opções abaixo e assinale aquela que corresponde a um endereço eletrônico (e-mail) válido:

- (A) joao@
- (B) @joao.gmail.com
- (C) joao@gmail.com
- (D) www.joao.com.br
- (E) @joao

15. Pedro possui, em seu computador, 3 pastas (*pasta1*, *pasta2* e *pasta3*). Dentro de cada pasta, existe um arquivo. Na *pasta1*, há o *arquivo1*; na *pasta2*, o *arquivo2* e, na *pasta3*, o *arquivo3*. Pedro ainda executou as seguintes operações: o *arquivo1* foi copiado para a *pasta3* e o *arquivo3* foi recortado para a *pasta2*. Ele ainda renomeou o *arquivo2* para *arquivo-morto*. Assinale a opção que corresponde aos conteúdos da *pasta1*, *pasta2* e *pasta3* respectivamente:

- (A) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (B) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (C) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; vazia
- (D) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; vazia
- (E) vazia; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*

16. Dado o seguinte conceito: “Software malicioso que é instalado no computador sem o consentimento explícito do usuário que tem como objetivo alterar clandestinamente o comportamento do computador e que geralmente cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios”, assinale a opção que corresponde a este conceito.

- (A) firewall
- (B) vírus
- (C) backup
- (D) backdoor
- (E) spam

17. Assinale a opção que se refere ao dispositivo de “memória secundária” que é a parte do computador onde são armazenados os dados e o sistema operacional.
- (A) memória RAM
  - (B) memória ROM
  - (C) disco rígido
  - (D) memória Cache
  - (E) EPROM
18. Sobre o processo do boot de um computador, assinale a opção INCORRETA.
- (A) É o processo que carrega o sistema operacional para a memória do computador.
  - (B) O BIOS é um programa de computador pré-gravado em memória permanente (firmware) executado por um computador quando ligado, responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional.
  - (C) É no processo de boot que o sistema operacional deve carregar drivers de dispositivos (*device drivers*) e outros programas que são necessários para a operação normal de um computador.
  - (D) No processo de boot, somente um sistema operacional pode ser carregado por vez.
  - (E) O sistema operacional carregado no processo de boot tem que estar armazenado obrigatoriamente em um disco rígido.
19. Observe o texto abaixo formatado no Word 2010:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

*Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.*

**Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.**

Com relação à formatação de fonte e de parágrafos do texto acima, assinale a opção CORRETA.

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
  - (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.
20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
  - (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
  - (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
  - (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
  - (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são as leis que regulam
- (A) o planejamento dos entes públicos federais.
  - (B) o planejamento dos entes públicos estaduais.
  - (C) o planejamento e o orçamento dos entes públicos federais e estaduais.
  - (D) o planejamento e o orçamento dos entes públicos federais, estaduais e municipais.
  - (E) o orçamento dos entes públicos federais, estaduais e municipais.
22. Sabe-se que as regiões brasileiras não possuem as mesmas condições para fazerem frente às transformações socioeconômicas de que o País necessita para se inserir na economia mundial. Basta, para isso, observar a diferença existente entre, por exemplo, o Nordeste e o Sudeste. Com base nessa assertiva, pode-se dizer que o instrumento de planejamento de Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal no tocante às despesas de capital é
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
  - (B) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
  - (C) a Plano Plurianual (PPA).
  - (D) a Constituição Federal de 1988.
  - (E) a Lei 10.180/2001.
23. Segundo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- (A) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal.
  - (B) incluirá as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
  - (C) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
  - (D) disporá sobre as alterações na legislação tributária.
  - (E) todas as opções estão corretas.
24. No contexto da Constituição Federal de 1988, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é
- (A) o elo entre o planejamento estratégico (Plano Plurianual) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
  - (B) aquela que contribui, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, como, por exemplo, a pavimentação de uma rodovia.
  - (C) a que estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - (D) o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano.
  - (E) aquela que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
25. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 165, que a Lei Orçamentária Anual (LOA) conterá três orçamentos. São eles:
- (A) Orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas e orçamento da seguridade social.
  - (B) Orçamento participativo, orçamento estratégico e orçamento de capital.
  - (C) Orçamento-programa, orçamento tradicional e orçamento participativo.
  - (D) Orçamento primário, orçamento secundário e orçamento terciário.
  - (E) Orçamento público, orçamento privado e orçamento misto.
26. Entende-se por Orçamento Público o documento que
- (A) estabelece mudanças de obrigações acessórias, como, por exemplo, a receita e a despesa pública.
  - (B) estabelece a prioridade na alocação dos recursos.
  - (C) explicita o que se pretende com a execução dos investimentos e das inversões financeiras.
  - (D) prevê as quantias de moeda que, em um determinado período (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas.
  - (E) deverá informar aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com alguma antecedência, os prazos de envio das propostas ao Governo Federal.

27. A palavra receita é utilizada em todo o mundo pela contabilidade para evidenciar a variação positiva da situação líquida patrimonial resultante do aumento de ativos ou da redução de passivos de uma entidade (Mendes, 2011). Assim, a receita pública pode ser definida em sentido amplo e em sentido restrito, na forma a seguir:

- I. Receita Pública em sentido amplo (*lato sensu*) ou ingresso público são todas as entradas ou ingresso de bens ou direito a qualquer título, em determinado período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo;
- II. Receita Pública em sentido estrito (*stricto sensu*) são todas as entradas ou ingresso de bens e direitos, em determinado período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior;
- III. Receita Pública é a proveniente da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas na forma da Lei 4.320/1964;
- IV. Receita Pública é um conjunto de ingressos financeiros com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, oriundos do orçamento público, capaz de dar sustentação aos gastos do Governo, mas que não integra o patrimônio público.

Com base nessas proposições, pode-se concluir que

- (A) somente I é verdadeira.
- (B) somente I e II são verdadeiras.
- (C) somente III e IV são verdadeiras.
- (D) I e II são falsas.
- (E) somente a IV é verdadeira.

28. A Despesa Pública pode ser definida como sendo

- (A) as dotações para a manutenção de bens e serviços públicos.
- (B) as dotações destinadas à aquisição de bens móveis e imóveis considerados necessários à execução orçamentária por parte dos governos.
- (C) a aplicação de certa quantia em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de um fim a cargo do governo.
- (D) o gasto dos recursos através dos orçamentos, a partir de autorização legislativa.
- (E) as opções (C) e (D) estão corretas.

29. Considerando-se os estágios da Despesa Pública, pode-se afirmar que:

- (A) O empenho é o primeiro estágio da execução da despesa. Essa afirmação está preconizada no art. 58 da Lei 4.320/1964.
- (B) O empenho deverá ser totalmente anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido.
- (C) Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor tendo por base documentos comprobatórios do respectivo débito.
- (D) O pagamento consiste na liquidação ao devedor mediante cheque ao portador, ordens de pagamento ou crédito em conta.
- (E) As opções (A) e (B) estão corretas.

30. As execuções orçamentária e financeira ocorrem

- (A) separadamente, uma vez que atuam em setores diferentes das finanças públicas.
- (B) independentemente uma da outra, mas, no final das contas, devem apresentar resultados iguais.
- (C) concomitantemente porque uma deve estar atrelada à outra, já que, havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa.
- (D) de forma isolada uma da outra, uma vez que as duas têm objetivos distintos.
- (E) extraordinariamente ao mesmo tempo se o Estado necessitar, urgentemente, de efetuar gastos que contrariem sobremaneira a Lei de Responsabilidade Fiscal.

31. No que tange à programação orçamentária e financeira, considera-se um dos objetivos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira:

- (A) Estabelecer normas gerais de caráter contábil e fiscal para o exercício.
- (B) Estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos), notadamente os de recebimento dos recursos financeiros para o Governo Federal.
- (C) Cumprir a legislação orçamentária (Lei 4.320/1964).



- (D) Assegurar o equilíbrio entre receita e despesa ao longo dos exercícios fiscais e contábeis, a fim de proporcionar o cumprimento da meta de resultado secundário.
- (E) Garantir os pagamentos das despesas efetuadas pelo Governo apenas, observando os limites determinados pela legislação em vigor.
32. Relativamente às transferências, que podem ser obrigatórias e voluntárias, é CORRETO afirmar que:
- (A) As transferências obrigatórias constituem operações especiais de transferências intergovernamentais arrecadadas por um ente, mas que devem ser transferidas a outros entes por disposição constitucional ou legal.
- (B) O Fundo de Participação dos Municípios – FPM constitui um exemplo de transferência constitucional.
- (C) As transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE são exemplos de transferência legal.
- (D) As transferências voluntárias são operações especiais em que ocorre a entrega de recursos financeiros aos municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- (E) As opções (A), (B) e (C) estão corretas.
33. O convênio é o instrumento principal de transferência que é utilizado pela Administração Pública Federal no sentido de descentralizar obrigações em cooperação com estados, municípios ou iniciativa privada. Assinado um convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência dele
- (A) à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal.
- (B) ao Tribunal de Contas da União ou ao Tribunal de Contas do Estado.
- (C) ao Governo do Estado ou à Prefeitura do município conveniado.
- (D) ao Ministério Público Federal ou ao Ministério Público Estadual.
- (E) às associações de moradores interessadas nos recursos conveniados.
34. A celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no(a)
- (A) SIOP
- (B) SIAPI
- (C) SICONV
- (D) SERASA
- (E) CADIN
35. No contexto dos princípios orçamentários, o Princípio da Anualidade ou Periodicidade reza que:
- (A) Nenhuma receita poderá ser reservada ou comprometida para atender a despesas previamente determinadas.
- (B) Todas as parcelas de receitas e despesas devem constar do orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (C) Deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes da união, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- (D) Deve existir apenas um orçamento para cada exercício financeiro.
- (E) A previsão das receitas e a fixação das despesas devem-se referir a um exercício financeiro.
36. No tocante ao Princípio da Legalidade, que afirma ser o Orçamento Público uma lei, em sentido formal, e um ato administrativo, quanto ao aspecto material, e que, quanto à forma, o orçamento é uma lei ordinária, com seu rito descrito na Constituição da República, na Constituição dos estados ou na Lei Orgânica dos municípios, conforme o caso. Nesse contexto, quando se colocam o Poder Executivo e o Poder Legislativo:
- (A) O primeiro tem a iniciativa e o segundo a competência.
- (B) O primeiro tem a competência e o segundo a iniciativa.
- (C) O primeiro tem a determinação e o segundo a fiscalização.
- (D) O primeiro tem a execução e o segundo o julgamento.
- (E) O primeiro tem a fiscalização e o segundo tem a produção.
37. Constitui um direito do cidadão saber o que é feito com os tributos que paga e a maneira como esses recursos são gastos. O instrumento legal que ratificou a importância de a população ter acesso às informações orçamentárias, discriminando como mecanismos de transparência as audiências públicas realizadas no Poder Legislativo, os relatórios divulgados na internet, as prestações de contas encaminhadas ao Poder Legislativo por cada chefe de poder e os orçamentos participativos é o(a)

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (B) Plano Plurianual.
  - (C) Lei Orçamentária Anual.
  - (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - (E) Lei 4.320/1964.
38. Com relação à questão anterior, o princípio orçamentário que está implícito em seu teor é o da
- (A) Utilidade.
  - (B) Publicidade.
  - (C) Clareza.
  - (D) Legalidade.
  - (E) Exclusividade.
39. “Determina que as despesas sejam classificadas em um nível de desagregação suficiente para a análise pela sociedade.” O princípio orçamentário ao qual o fragmento se refere é o do(a)
- (A) Orçamento Bruto.
  - (B) Universalidade.
  - (C) Discriminação ou Especialização.
  - (D) Exclusividade.
  - (E) Equilíbrio.
40. Considerando o contexto dos Princípios Tributários, constitui enunciado pertinente ao Princípio da Equidade:
- (A) As decisões de produção não devem ser afetadas pela regra de tributação.
  - (B) As pessoas iguais devem receber tratamento tributário idêntico e as pessoas diferentes devem ser alvo de tratamento tributário diferenciado.
  - (C) Os consumidores, as famílias e as empresas devem pagar tributos em função do benefício que supostamente obteriam dos programas de despesa pública financiados por meio da arrecadação de impostos, taxas e contribuições.
  - (D) Elaborado com o intuito de buscar a justiça social por meio da atenuação das desigualdades que por acaso existam.
  - (E) Mensura os benefícios recebidos, levando-se em consideração que os indivíduos são resistentes à revelação de seus gostos e preferências.
41. São considerados tributos, segundo o que postula o Código Tributário Nacional (CTN):
- (A) Impostos.
  - (B) Taxas.
  - (C) Contribuições.
  - (D) Doações.
  - (E) As opções (A), (B) e (C) estão corretas.
42. Suponha que o governo municipal de uma pequena cidade arrecade R\$ 200.000,00 por mês, e a taxa de inflação observada nesse período seja da ordem de 12%. Observa-se, também, que a diferença entre as datas da transação e do efetivo recolhimento do imposto à rede bancária é de 20 dias. Dessa forma, aquela arrecadação
- (A) perde 12% em termos reais.
  - (B) perde 8% em termos reais.
  - (C) perde 4% em termos reais.
  - (D) fica inalterada, pois o efeito da inflação não é levado em consideração.
  - (E) faz com que a receita nominal de R\$ 200.000,00 se transforme em uma receita real de R\$ 24.000,00.
43. Com a aceleração da taxa de inflação a partir dos anos 1980, os governos passaram a reduzir os prazos para o recolhimento de impostos, contribuições e encargos sociais. Essa medida visava diminuir a corrosão dos valores recebidos, fato que os economistas deram o nome de
- (A) curva de Laffer.
  - (B) efeito Tanzi.
  - (C) curva de Paretto.
  - (D) carga fiscal ótima.
  - (E) efeito Patinkin.

44. O tributo brasileiro que teve como objeto de análise a Curva de Laffer foi o(a)
- (A) CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).
  - (B) IVA (Imposto sobre Valor Adicionado).
  - (C) ISS (Imposto sobre Serviços).
  - (D) IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).
  - (E) IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).
45. É inegável que a Lei de Responsabilidade Fiscal – ao estabelecer normas de finanças públicas orientadas para a responsabilidade na gestão fiscal – representa um enorme avanço na forma de administrar os tributos que os contribuintes recolhem aos cofres públicos (Matias-Pereira, 2006). Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi elaborada com o propósito de
- (A) tratar da organização e disciplina dos sistemas de planejamento e orçamento da Administração Financeira Federal.
  - (B) elevar a transparência na gestão dos gastos públicos, permitindo que os mecanismos de mercado e o processo político sirvam de instrumento de controle e punição dos governantes que não agirem de maneira correta.
  - (C) regular o planejamento e o orçamento dos entes públicos federais, estaduais e municipais.
  - (D) expressar o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas do Poder Público.
  - (E) Autorizar os gestores públicos a efetuarem despesas à medida que eles julgarem necessárias ao bem comum.
46. O Siasi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – é o sistema informatizado que contabiliza e controla a execução orçamentária e financeira da União em tempo real. Em outras palavras, ele processa e controla as execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União. Com base nessa conceituação, esse sistema
- (A) tem como premissa básica a contabilização de todos os atos e fatos praticados pelos gestores públicos.
  - (B) foi concebido em 1990, mas, devido a dificuldades de implementação, só passou a ser utilizado a partir de 1995.
  - (C) está estruturado de forma a solucionar todos os problemas da Administração Pública Federal, notadamente os da Dívida Ativa da União.
  - (D) foi criado porque era muito difícil o controle das atividades governamentais inerentes às políticas públicas.
  - (E) está sendo utilizado desde 1995 na tentativa de controlar todos os atos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
47. Considere as proposições abaixo:
- I. A adoção do critério dos juros sobre o capital próprio como possibilidade de remuneração de sócios e acionistas com juros equivalentes à aplicação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) sobre o patrimônio líquido da empresa;
  - II. Isenção de imposto de renda à distribuição de lucros a pessoas físicas para resultados apurados a partir de 01/01/1996;
  - III. Elevação da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física de 25% para 27,5%.
- Constitui(em) mudança(s) no sistema tributário nacional após 1995:
- (A) Somente I.
  - (B) Somente II.
  - (C) Somente I e II.
  - (D) Somente II e III.
  - (E) As proposições I, II e III.
48. Estão isentos do pagamento de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) os proprietários de
- (A) helicópteros.
  - (B) jatos.
  - (C) lanchas.
  - (D) embarcações e aeronaves.
  - (E) motocicletas.

49. Em matéria de dívida pública, o art. 92 da Lei 4.320/1964 preceitua sobre a dívida flutuante, que compreende
- (A) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; os débitos de tesouraria.
  - (B) todo o ativo e o passivo das contas do governo federal.
  - (C) os depósitos compulsórios efetuados em razão da Lei 4.320/1964.
  - (D) todos os títulos do governo federal emitidos em favor do contribuinte.
  - (E) todos os títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios.
50. Pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, estaduais, Distrital e municipais, em virtude de sentença judicial, são denominados
- (A) debêntures.
  - (B) precatórios.
  - (C) apólices.
  - (D) operações de crédito.
  - (E) depósitos compulsórios.